



**PROJETO DE LEI Nº DE 2021**

(Deputado Alexandre Frota)

*Fica assegurada ao portador de Transtorno do Espectro Autista a realização de trabalho compatível com sua aptidão e qualificação*

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Artigo 1º** - Fica garantido ao portador de Transtorno do Espectro Autista a realização de trabalho remunerado compatível com sua aptidão e qualificação.

**Artigo 2º** - A organização econômica, civil ou comercial verificará a aptidão de acordo com os seus departamentos de saúde a qualificação do portador de Transtorno do Espectro Autista para cargos compatíveis e disponíveis.

**Artigo 3º** - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**JUSTIFICATIVA**

A inclusão de um autista no mercado de trabalho é garantida pela mesma lei que determina a participação mínima para portadores de qualquer deficiência. Foi a Lei 12.764, de 2012 – também conhecida como Lei Berenice Piana – que abriu as portas para o reconhecimento do Autismo dentro do rol das demais deficiências. Desde então, o autismo tem sido muito mais discutido e diagnosticado no país.

Mas é importante entender que empregar um autista, apesar de ser viável em muitos aspectos, o local e o modo de trabalho precisam de adaptações que minimizem as dificuldades naturais da condição.





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Gabinete do Deputado Alexandre Frota – PSDB/SP**

Uma das primeiras coisas a que o líder deve se atentar é sobre preparar a equipe para receber o novo profissional. É preciso disseminar informações úteis sobre a condição de alguém com Transtorno do Espectro Autista, e incentivar o respeito às possíveis situações de isolamento e dificuldade de expressão.

Outra ideia que pode ser muito eficaz é atribuir ao autista apenas tarefas que demandem alta concentração, baseadas nas melhores habilidades dessa pessoa.

Contudo, faz-se necessário garantir espaço específico de trabalho para o portador de TEA, que possui muitas características e habilidades marcantes, dentre elas, o alto poder de concentração. Muitas pessoas com TEA possuem formação acadêmica e especialização em diversas áreas. Tal capacitação intelectual pode trazer muitos benefícios ao portador de TEA e às organizações econômicas, civis ou comerciais. Além disso, trata-se de garantir maior integração desses profissionais no mercado de trabalho.

Porém a empresa deve, ao contratar o portador de TEA, ouvir seu departamento médico, próprio ou terceirizado, para definir a melhor opção de trabalho para este cidadão.

Por todo o exposto, espera o autor a tramitação regimental e apoio dos nobres colegas na aprovação do Projeto de Lei, que atende aos pressupostos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Sala das Sessões em,        de novembro de 2021

**Alexandre Frota**  
**Deputado Federal**  
**PSDB/SP**



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alexandre Frota  
Para verificar a autenticidade acesse o site: [camara.leg.br](http://camara.leg.br) ou o aplicativo: <https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.camara>  
Câmara dos Deputados – Anexo IV – 2ª andar – Gabinete 216 – 70160-900 Brasília – DF – Tel (61) 3215-5216  
dep.alexandrefrota@camara.leg.br





CÂMARA DOS DEPUTADOS  
Gabinete do Deputado Alexandre Frota – PSDB/SP



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alexandre Frota  
Para verificar a autenticidade acesse o site: [www.camara.gov.br](http://www.camara.gov.br)  
Câmara dos Deputados – Anexo IV – 2ª andar – Gabinete 216 – 70160-900 Brasília DF – Tel (61) 3215-5216  
dep.alexandrefrota@camara.leg.br



\* C D 2 1 3 4 7 2 0 8 5 0 0 0 \*